



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/HISTÓRIA**

LUCAS VINÍCIUS NASCIMENTO BARBOSA

**O MARANHÃO DO SÉCULO XVIII
UM ESTUDO DAS FORÇAS PRODUTIVAS ALGODOEIRAS NO MARANHÃO
SETECENTISTA**

CODÓ-MA

2022

LUCAS VINÍCIUS NASCIMENTO BARBOSA

**O MARANHÃO DO SÉCULO XVIII: UM ESTUDO DAS FORÇAS PRODUTIVAS
ALGODOEIRAS NO MARANHÃO SETECENTISTA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas - História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso

CODÓ-MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Barbosa, Lucas Vinícius Nascimento.

O Maranhão do Século XVIII : Um estudo das forças produtivas algodoeiras no Maranhão Setecentista / Lucas Vinícius Nascimento Barbosa. - 2022.

48 p.

Orientador(a) : Antonio Alexandre Isidio Cardoso.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó-MA, 2022.

1. Algodão. 2. Companhia de Comércio. 3. Escravidão Negra. 4. Maranhão. 5. Século XVIII. I. Cardoso, Antonio Alexandre Isidio. II. Título.

LUCAS VINÍCIUS NASCIMENTO BARBOSA

O MARANHÃO DO SÉCULO XVIII
UM ESTUDO DAS FORÇAS PRODUTIVAS ALGODOEIRAS NO MARANHÃO
SETECENTISTA

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas como parte integrante dos requisitos para obtenção do Grau de Licenciado em Ciências Humanas com Habilitação em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Codó. Orientador: Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso
Universidade Federal do Maranhão
(Presidente)

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro
Universidade Estadual do Maranhão

Codó/MA
2022

AGRADECIMENTOS

A finalização de uma graduação é realizada primeiramente, antes deste épico momento de término, pelo aporte indireto e direto de pessoas, que de certo modo, preparam a nossa caminhada, nos influencia a não desistir dos estudos, norteando palavras de força e segurança emocional, que ajuda no bloqueio de inquietudes, e não diferente disso, comigo foi igual. Na qual, exteriorizo que tais pessoas estimularam o meu desenvolvimento dentro do ambiente da educação, gratidão é o que sinto. Sendo assim, é inevitável a menção destas pessoas em meus agradecimentos, que tanto contribuíram para o meu aprendizado.

Inicialmente, a Oxalá, por conceder a meus caminhos, à sua fé, o seu amor, à sua extrema benevolência, que foi e continua sendo uma força vital para a minha vida neste atual plano de existência.

Agradeço ao meu pai Orixá Ossain, que assim como Oxalá, é o meu importante forte de vigor e aprendizados, a luz para o meu destino.

Agradeço aos meus queridos familiares, a minha mãe Dalverlane Nascimento Barbosa, por ser uma excelente mamãe, que cuida e me ampara em todos os momentos, mesmo sendo uma chefe de família solteira, jamais deixou de exercer as essenciais responsabilidades na minha criação e de meus irmãos.

Agradeço imensamente a minha avó materna Alvina Basílio do Nascimento, que é o motivo da construção deste meu sonho educacional. Uma mulher batalhadora, que mesmo diante dos mais difíceis problemas sempre, incentivou a colocar em prática os meus objetivos de vida, estruturando a minha criação como cidadão de nobres valores.

Ao meu companheiro, amigo e confidente Yuri Albuquerque, que desde o meu primeiro dia de aulas na UFMA, me mostrou apoio nesta jornada de estudos. Sendo um eixo fundamental de concretização para a minha formação na graduação deste curso de História. Com o seu compreensivo companheirismo e carinho que me acalmava nos difíceis dias de atividades acadêmicas.

A meu irmão Yuri Samuel Barbosa Palhares, pela sua amabilidade e por incitar o desejo em meu âmago de acreditar em minha capacidade. À minha pequena irmã Maria Heloísa Barbosa Cunha. À minha tia Gleiciane Basílio Nascimento, por ser tão carinhosa e amável, com suas palavras de conforto, em sempre afirmar que meus objetivos resultariam em êxitos. À minha madrinha Nety, pelas lições de vida, pelo engajamento aos meus estudos e pelos abraços amorosos.

Agradeço grandemente ao historiador docente da UFMA, Antonio Alexandre Isidio Cardoso, por ter aceitado e orientado o progresso deste trabalho de conclusão de curso. Por seu brilhante conhecimento historiográfico, que fundamentou o meu aprendizado, não somente na resolução da temática desta pesquisa, mas em outros campos educativos da História. Certamente, a sua imprescindível colaboração tornou o meu projeto de monografia uma realidade bem elaborada. Gratidão pela atenção e compreensão! Serei eternamente grato pelos ensinamentos transmitidos.

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus-Codó, pelo acolhimento durante esses anos de comprometimento para com o meu aperfeiçoamento pedagógico, me desenvolvendo profissionalmente para o ambiente de atuação da docência. Aos maravilhosos professores da UFMA, que conduziram a minha aprendizagem, na criação de novas formulações de caráter didático.

Agradeço aos meus amigos da turma de LCH-2017.2, que compartilharam de vontades educacionais semelhantes às minhas.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma participaram na efetivação de uma primordial fase de conhecimentos. Obrigado!

“[...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso.”

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

A implementação e consolidação da lavoura algodoeira de exportação foram basilares para o impulso do crescimento econômico do Maranhão na segunda metade do século XVIII. Deste modo, o presente trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar a produção algodoeira da Capitania no Setecentos e alguns de seus desdobramentos dentro do mercado da colônia portuguesa e também no mercado externo. A organização que formava o eixo de expansão dos algodoads no Maranhão é o foco central da análise da monografia, que se atém aos processos relacionados à escravidão de populações negras do continente africano, que serviram como força de trabalho principal das lavouras de exportação, sustentadas fortemente através do tráfico fomentado pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755. A pesquisa foi feita a partir da leitura e discussão de obras clássicas sobre o tema, assim como artigos científicos e teses, atentando à produção acadêmica de especialistas que trataram da questão da cotonicultura no Maranhão Setecentista e da exploração colonial em outras partes da América, tais como: Dias (1970); Prado Júnior (2006); Furtado (2007); Carreira (1982); Viveiros (1954); Gaioso (1970); Williams (2012); dentre outros.

Palavras-chave: Algodão. Século XVIII. Maranhão. Escravidão. Companhia de Comércio.

ABSTRACT

The implementation and consolidation of the cotton plantation for export were fundamental for the impulse of economic growth in Maranhão in the second half of the 18th century. Based on this premise, the present research aims to analyze the cotton production of the Captaincy of Maranhão in the seventeenth century and some of its developments within the Portuguese colony market and also in the foreign market. The organization that opened cotton expansion routes in Maranhão is the central focus of the analysis of this monograph, which focuses on the processes related to the slavery of black populations on the African continent, which served as the main workforce of the plantations, supported strongly through trafficking. sponsored by the General Company of Commerce of Grão-Pará and Maranhão, created in 1755. The research was carried out from the reading and discussion of classic works on the subject, as well as scientific articles and theses, paying attention to the academic production of specialists who dealt with the issue of the cotton market in 18th-century Maranhão and colonial exploitation in other parts of America, such as: Dias (1970); Prado Junior (2006); Furtado (2007); Carreira (1982); Viveiros (1954); Gaioso (1970); Williams (2012); among others.

Keywords: Cotton. 18th century. Maranhão. Slavery. Trading Company.

LISTA DE TABELA

TABELA 1: Exportações de algodão maranhense, tipo pluma (1760-1799)	33
TABELA 2: Escravos desembarcados no norte da colônia portuguesa na América (1756-1800).....	39
TABELA 3: Populações escravizadas dos portos de Bissau e Cacheu do continente africano.....	40

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CGCGPM – Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. UM CONCISO HISTÓRICO DA ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MARANHÃO.....	15
1.1 Os processos econômicos do algodão no Estado do Maranhão Setecentista.....	19
1.2 Uma breve análise sobre os princípios da Companhia que dinamizou a cotonicultura do Maranhão.....	27
2. A COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E O SEU VÍNCULO COM A ECONOMIA ALGODOEIRA.....	32
3. A COTONICULTURA MARANHENSE E A SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA ESCRAVISTA.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

A cotonicultura para o Maranhão do século XVIII foi um importante setor agrícola que lhe trouxe benefícios econômicos. Para alguns estudiosos que defendem tal tese, como Furtado (2007), destaca-se esse momento do Maranhão como um transitório período de apogeu econômico, sobretudo a partir da implementação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (criada em 1755). Dado isso, houve um significativo giro econômico para a Amazônia Portuguesa, cujas elites se mantiveram favoráveis à conservação da Companhia (DIAS, 1970). A produção algodoeira no Maranhão foi imbuída, portanto, por específicos acontecimentos ligados às mudanças da história do Setecentos, bastante conectado com a História Atlântica no decurso da segunda parte do século XVIII.

Companhias de comércio materializadas nos territórios coloniais lusitanos, através das reformas pombalinas, tentaram estimular melhorias econômicas, conjuntamente com a interligação dos interesses do reino aos dividendos do comércio de exportação de gêneros agrícolas, que proporcionaram ganhos para a Coroa Portuguesa. No Atlântico Sul, na América portuguesa, especificadamente no Maranhão, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, foi a empresa comercial que desenvolveu a base das plantações de algodão da região, seguindo os mesmos critérios que as demais Companhias comandadas pela administração da Coroa Lusitana (MARTINS, 2019).

Conseqüentemente, ao tratar sobre o período da cotonicultura no Maranhão, e abordar a questão da Companhia de Comércio que atuou em seu território de 1755 a 1778, logo, cumpre também mencionar os processos de escravidão das populações africanas, muitas das quais inseridas no Maranhão por intermédio desta dita Companhia, como força de trabalho basilar nos algodoais e em outras produções agrícolas para exportação. Considera-se que o trabalho escravizado dos negros africanos foi um dos alicerces que sustentou a expansão da cotonicultura (DIAS, 1970).

Deste modo, discorrer acerca de tal temática é também unificar um apanhado de informações conjuntas que se interligam com o desenvolvimento da escrita que norteia a compreensão dessa importante discussão da historiografia do Maranhão. Visto que, a escolha da temática deste trabalho de conclusão de curso, surgiu mediante às aulas da disciplina: História do Brasil e do Maranhão Colonial, ministrada pelo docente Antonio Alexandre Isidio Cardoso, na qual em uma de suas aulas, ele fez a apresentação de um artigo que tratava do Maranhão durante à fase do século XVIII, destacando o comércio e a escravidão exploratória dessa época. Neste sentido, foi nesse percurso de estudos da disciplina que conheci algumas

das obras que estão inseridas nas referências deste trabalho, Rafael Chambouleyron (2006); Marinelma Meireles (2006) e Antônio Carreira (1982). A leitura dessas obras fez surgir o objeto de estudo da pesquisa desta monografia, que foi parcialmente definido, mas, os ajustes de ideias que definiram à resolução final do tema que hoje trata esta pesquisa, só veio depois das conversas que tive com o professor Antonio Alexandre, meu orientador neste projeto de monografia do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História.

No decurso desta pesquisa, foram buscadas bibliografias que aludissem ao assunto em discussão, já bastante discutida na historiografia brasileira, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Com base nesses estudos, o intento geral da presente monografia passa pelo esforço de compreensão de como se deu a economia algodoeira do Estado do Maranhão no século XVIII, com ênfase na estruturação dos marcantes fatores internos e externos que levaram o Maranhão a produzir algodão e converter-se em exportador dessa matéria-prima ao mercado transoceânico de produtos coloniais.

Para tal propósito, foram traçados também os objetivos específicos de pesquisa, quais sejam; indagar e descrever o processo de desenvolvimento econômico do algodão no Estado do Maranhão do século XVIII; entender os aspectos econômicos da cotonicultura no Maranhão, por meio do viés da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão; apresentar as questões socioeconômicas de tal período algodoeiro maranhense, entrelaçado com o sistema escravista que se abateu sobre populações africanas.

Assim, para possibilitar as análises deste trabalho final de curso, o aporte teórico e metodológico se arrolou no campo de alguns estudos bibliográficos que tratam do tema. Por etapas, a pesquisa realizou-se da seguinte forma: primeiramente foram feitas investigações bibliográficas em artigos científicos, dissertações, teses e em revistas científicas, isso nas bases de informações do Google Acadêmico e no SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*). Depois, foram feitas leituras de obras de autores que discorrem sobre a temática estudada em trabalhos considerados clássicos, como: Furtado (2007); Sodré (1964); Carreira (1982); Prado Júnior (2006); Gaioso (1970); Williams (2012); formando um painel geral sobre o tema, cruzando as informações levantadas.

A monografia, produto da referida pesquisa, se encontra dividida em três seções, a primeira seção, intitulada *Os Processos Econômicos do Algodão no Estado do Maranhão Setecentista*, expõe abordagens inerentes aos processos mercantis da cotonicultura no Maranhão do século XVIII, evidenciando através de aspectos históricos, os mecanismos que levaram o Maranhão a se conectar com a conjuntura comercial monopolista do algodão e a gênese das exportações algodoeiras voltadas ao mercado externo.

A segunda seção, tem como designação *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e o vínculo com a economia algodoeira*, realizando um levantamento de ideias e apresentando um conjunto de razões que fomentaram a vinculação da referida Companhia com o sistema cotonicultor, e a sua soberania no ramo das exportações desse bem agrícola no Estado do Maranhão.

E, por fim, a terceira seção, intitulada *A Cotonicultura Maranhense e a sua relação com o sistema escravista*, versará sobre o perfil socioeconômico do Maranhão como Capitania, através de um contexto constituído pelo incremento dos algodoads na região e o assíduo estímulo ao tráfico de cativos africanos.

CAPÍTULO 1

UM CONCISO HISTÓRICO DA ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MARANHÃO

No início do Setecentos o Estado do Maranhão e Grão-Pará (criado em 1654) era ainda pouco atraente em termos econômicos, mas visto como estratégico pela Coroa Portuguesa, que começava a descortinar suas potencialidades, sobretudo na área amazônica, enxergando um vasto território inexplorado com potenciais riquezas. Tratava-se de território que havia constituído pequenos grupos de elites, como nos casos de São Luís e Belém, que se ressentiam da falta de apoio metropolitano para seus interesses, reclamando das dificuldades em acessar a força de trabalho indígena, à época controlada pelos jesuítas. Além disso, com as notícias de prosperidade chegadas do Estado do Brasil, também demandavam das autoridades incentivo para importação de mais escravizados de origem africana, para tentar resolver o problema da baixa produtividade das lavouras de exportação locais (CHAMBOULEYRON, 2006). Cumpre notar que o Estado do Maranhão e Grão-Pará (a partir de 1751 Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital em Belém) chegou a agrupar diversas capitanias do Norte do Império Lusitano na América do Sul: Maranhão, Pará, Piauí e Rio Negro. Ao longo do século XVIII sofreu diversas mudanças em sua configuração administrativa colonial, dividido em duas diferentes unidades políticas em 1772/1774, desenvolvendo a criação de duas porções administrativas distintas: O Estado do Grão-Pará e Rio Negro e por conseguinte o Estado do Maranhão e Piauí (SANTOS, 2008).

É válido ressaltar, que o cerne inicial da Coroa e do gerenciamento português, quanto às possessões do norte nos primórdios do século XVIII, se tangia em apenas delimitar e resguardar as extensões de seu território diante do Império Espanhol, que possuía terras fronteiriças na região amazônica.

Historicamente o avanço colonial lusitano na Amazônia portuguesa nas primeiras fases do período Setecentista, contou com adversidades provenientes da dificuldade das autoridades lusas diante da imensa diversidade linguística existente no território (FREIRE, 2003). Nesse sentido, foram sendo organizadas ações alternativas, vide o caso da viabilização do *Nheengatu*¹, criado previamente pelos jesuítas para a catequese de populações indígenas, com referência na língua Tupi, posto que havia o propósito de avançar a colonização portuguesa no interior da

¹ “[...] a língua geral amazônica, principal código falado entre trabalhadores da floresta durante o período colonial, que chegou ao século XIX e influenciou em suas transformações” (CARDOSO, 2021, p. 3, tradução nossa).

região amazônica (FREIRE, 2003; CARDOSO, 2021). A língua portuguesa tinha uma insignificante presença na comunicação das pessoas dessa região, incluso o Maranhão, nos primórdios do século XVIII. A falta de entendimento da linguagem não era somente uma preocupação voltada às populações indígenas, mas também um problema até mesmo entre os colonos, que passaram a aprender no cotidiano da colônia o *Nheengatu* como primeira língua, como referenciado acima pelos historiadores Freire (2003) e Cardoso (2021), o que dificultava às conversas entre os agentes da Coroa portuguesa e os moradores da terra, esses agentes eram enviados para propiciar o desenvolvimento e a expansão colonial nesse lugar.

Apesar das condições coercitivas, o *Nheengatu* ganhou mais espaço que a língua portuguesa nas vilas, rios e povoados alcançados pelo avanço colonial. Não eram incomuns desentendimentos e dificuldades de comunicação vivenciadas por autoridades recém-chegadas de Portugal em Belém (CARDOSO, 2021, p. 4, tradução nossa).²

E de acordo com Freire (2003), citado em Cardoso (2021) afirma-se que: “[...] durante o século XVIII, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado chegou para tomar posse como dirigente do Estado Grão-Pará e Maranhão, teve dificuldades em se fazer entender em seu palácio” (CARDOSO, 2021, p.4, tradução nossa).³ “A razão era simples, seus auxiliares e demais servidores somente eram fluentes em *Nheengatu*” (CARDOSO, 2021, p.4, tradução nossa). Destarte, é compreensível afirmar que a língua enraizada nas regiões nortistas da colônia portuguesa, muitas vezes ao invés de facilitar a colonização, o que era sua intenção original imbuída na catequese, dificultou a penetração da cultura e interesses lusitanos, já bastante arraigados em outras áreas controladas pela administração portuguesa.

Além disso, o despotismo luso e seus interesses voltados à espoliação também podem ser considerados motores para o atraso das Capitanias nortistas no Setecentos, que embora estivessem conectadas ao comércio atlântico, ainda estavam muito aquém de Capitanias do Estado do Brasil, como Pernambuco e Bahia. Quanto à Capitania do Maranhão, cerne da presente análise, as medidas adotadas pela administração colonial lusitana propiciaram ao cenário econômico condições locais de baixo avanço econômico, o que resultou na agitação das

² No original: “En dépit de ces conditions coercitives, le *nheengatu* finit par occuper plus d’espace que la langue portugaise le long des rivières et dans les villages et tribus rejoints par l’avancée coloniale. Il n’était pas rare que les autorités portugaises nouvellement débarquées à Belém fassent l’expérience de malentendus et d’autres difficultés de communication”.

³ No original: “Au cours du XVIIIe siècle, lorsque Francisco Xavier de Mendonça Furtado arriva pour prendre ses fonctions de gouverneur de l’État du Grand Pará et Maranhão, il fut confronté à plus d’un obstacle pour se faire comprendre dans son propre palais.”

pequenas elites locais. A *Revolta de Beckman*⁴, ocorrida em 1684, foi a mais conhecida insubordinação ocorrida no Maranhão ainda no século XVII, entretanto, a problemática que induziu a instauração do movimento, que reclamava da falta de apoio metropolitano, dificuldade de acesso à mão de obra indígena e dos altos preços de “peças” traficadas no fluxo comercial atlântico, perdurou no contexto econômico também do século XVIII. O descontentamento com a parco controle da força de trabalho indígena, a escassa introdução de braços africanos, e o despotismo da Coroa Portuguesa continuaram como as principais causas de reclamações e insurgências verificadas na região maranhense na era Setecentista.

Por isso, diante desse contexto, pode-se salientar a fala do governador da Capitania do Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, citada por Viveiros (1954), que escreveu ao seu irmão, o ministro Carvalho e Melo⁵ do reinado de Dom José I, ressaltando a situação desvalida da Capitania, demandando auxílios da metrópole, proferindo que: “Êste Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria.” “Todos os seus moradores estão na última consternação.” “São poucos os que ainda cultivam algum género” (VIVEIROS, 1954, p. 68). Segundo Gaioso (1970), o que o Maranhão produzia no início do período Setecentista, em sentidos agrários, estava muito aquém do seu potencial, que poderia ser mais bem explorado se houvesse subsídios da Coroa.

O sistema comercial do Estado do Maranhão em toda primeira metade do século XVIII, transcorreu, sob o ponto de vista das pequenas elites locais, com muitas privações, até mesmo a introdução de moedas em 1724, um dos principais itens do capitalismo no mundo, trouxe a esta Capitania complicações por parte de seus moradores, que fizeram com que autoridades locais movesse leis para o impedimento da circulação da moeda no Estado (VIVEIROS, 1954). Reforçando essa afirmação, é válido introduzir nesta parte do texto a fala do desembargador Gama Pinto, também mencionada na obra de Viveiros (1954, p.64) que projeta com clareza à principal visão dos comerciantes do Maranhão pela não inserção da moeda na Capitania, dizendo que: “O grande problema era estabelecer o preço das coisas em relação ao valor das

⁴ Sobre a *Revolta de Beckman*, destaca Chambouleyron (2005, p.1) que: “A rebelião de 1684 começou na véspera da procissão de Nosso Senhor dos Passos.” “A Revolta de Beckman fora desencadeada pelas dificuldades de relacionamento entre os jesuítas e os colonos maranhenses, pelas acusações de excessos cometidos na gestão do governador e pelo não cumprimento das medidas prometidas pela Companhia Geral do Comércio do Maranhão” (CAETANO, 2008, p.13).

⁵ “Conhece-se a data do seu nascimento, 13 de maio de 1699, em Lisboa; e a sua progenie, estirpe em que as pretensões de nobreza foram mais ambiciosas que fundadas. Fiquemos em que era família de fidalgotes de mediana fortuna. O pae, Manuel de Carvalho e Athaide [...], servira nas armadas da costa, e fôra capitão de cavallos; a mãe, que vinha dos morgados de Souto de El-rei, casou em segundas nupcias com um magistrado da Casa de Supplicação. Sabe-se que fez o curso de leis em Coimbra [...]”. Aos trinta e nove annos de idade, tarde talvez de mais para os seus meritos e ambições, encetava a vida publica, e dava o primeiro passo a caminho da fama e da grandeza” (AZEVEDO, 1909, p. 9, 10 e 11).

moedas a introduzir”. Logo, esse entrave econômico só veio a ser alterado por volta da segunda metade do século XVIII, quando o Maranhão passou a usufruir de alguns privilégios concedidos pelo governo português. O Império Lusitano começou a enxergar nessa região uma alternativa de expandir o seu comércio na rota das trocas internacionais do Atlântico, e desta forma, gerar novos lucros para a Coroa.

O novo ideal político econômico adotado no Maranhão no segundo quartel Setecentista prosperou a partir dos efeitos de uma nova dinâmica comercial surgida em virtude dos apelos feitos pelo governador local e colonos, ao poderoso Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) irmão do então Capitão-General da Capitania, que ouviu atenciosamente os apelos de seu irmão por novas medidas políticas que viessem a atender às demandas locais e alavancar a economia dessa parte da colônia. A incitação da política ultramarina era um pressuposto que não se distanciava dos intentos políticos de Sebastião de José de Carvalho e Melo, tal estratégia de governo se encaminhava a gerir esforços para a aplicação de seu projeto de desenvolver a colônia e proteger o patrimônio do Império Português (DIAS, 1966).

Por conseguinte, o ministro passou a dedicar uma atenção especial aos assuntos econômicos da região, por meio de modernas reformas políticas de caráter mercantilista que vieram a fundamentar a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (doravante CGCGPM). O alvará datado em 07 de junho de 1755 instituiu uma organização mercantil que atenuou a fragilidade econômica dessa região, abrindo incentivos para o cultivo de novos produtos agrícolas de valor exportável, em destaque para a cotonicultura (CARREIRA, 1982).

Além disso, cumpre mencionar, que a região da Capitania do Maranhão nos primeiros anos do século XVIII ainda se encontrava subordinada às políticas decorrentes da ação dos padres jesuítas que mantinham o domínio comercial da extração das drogas do sertão⁶, colhidas sobremaneira por trabalhadores indígenas. Tal circunstância só foi alterada no segundo quartel do século XVIII, por meio das novas diretrizes administrativas advindas de Lisboa, o centro do Império Português, que antes favorecia o domínio dos nativos para os jesuítas. Sob a ascendência de Pombal, concluiu-se que os privilégios da Companhia de Jesus eram empecilhos ao desenvolvimento da Capitania. E em conjunto a essas novas mudanças na relação entre a Coroa Lusitana e os jesuítas, as políticas administrativas estruturadas por Pombal resultaram na

⁶ “A Amazônia conheceu vários estágios do extrativismo de coleta, nos quais tivemos a exploração das conhecidas drogas do sertão, do cacau silvestre, da borracha e da própria castanha-do-pará, entre outros produtos” (ALMEIDA, 2016, p.26). As drogas do sertão, são produtos oriundos da floresta amazônica, cacau, a salsaparrilha, o cravo, a canela, o óleo de copaíba, às pimentas, entre outros.

expulsão dos jesuítas das terras maranhenses. Uma vez que, houve o entendimento que a ordem religiosa prejudicava a expansão comercial dos produtos agrícolas dos colonos, que foram finalmente atendidos, por interesses diretos dos fazendeiros locais, inclusive os que passaram a desenvolver o setor da cotonicultura.

1.1 Os processos econômicos do algodão no Estado do Maranhão Setecentista

Para começarmos a falar sobre o algodão em sentidos econômicos, é interessante destacar a argumentação de Rolim Filho (2016) que define alguns aspectos relevantes sobre o algodão. Em uma contextualização histórica da referida matéria-prima antes do seu período áureo de produção no Maranhão, o autor afirma que:

Até antes da metade do século XVIII, o algodão, produto nativo da América e também do Brasil, era apenas uma insignificante cultura de utilização local e valor internacional mínimo. Já era cultivado pelos índios por séculos. Tecidos de algodão fiados de forma grosseira eram utilizados para vestimentas de escravos e da população mais pobre. A matéria-prima com que os ingleses, flamencos e venezianos confeccionavam tecidos tinha como base a lã (ROLIM FILHO, 2016, p. 20).

Diante disso, compreende-se que o algodão ainda não estava condicionado ao *status* de mercadoria de exportação, sem a existência da demanda e conseqüente valorização de sua fibra vegetal. Destarte, dentro deste novo sistema de produção agrícola que estava emergindo no cenário da colônia portuguesa, concerne evidenciar as análises de Celso Furtado, que assevera aspectos importantes sobre os princípios da inerente ligação econômica do Brasil e Portugal. De acordo com Furtado (2007), imaginava-se que o Brasil só teria um caminho no meio fabril têxtil se Portugal no século XVIII desenvolvesse as bases da sua indústria manufatureira, o que não ocorreu. Somente com o crescimento vertiginoso da utilização do algodão como matéria-prima fundamental na primeira fase da Revolução Industrial, sobretudo na Inglaterra, o quadro da demanda mudou em poucas décadas, influenciando diversas áreas coloniais do mundo, incluso a Capitania do Maranhão.

“De princípio, eram os rolos de pano e os novelos de fio de algodão que serviam de moeda” (SIMONSEN, 2005, p.440). “Com a exportação em alta escala é que o algodão passa pelo processo de tornar-se exclusivamente uma mercadoria, deixando de ser moeda” (COUCEIRO E SILVA, 2015, p.193). Em um contexto econômico restrito ao Maranhão, as lavouras de algodão antes de meados do decênio de 1750 não estavam envolvidas no comércio das exportações, fato que veio a ser alterado nos anos seguintes. “Em 1760, São Luís do

Maranhão inaugurou a exportação de algodão com um carregamento de 6.510 arrôbas” (DIAS, 1967, p.481). Nesse contexto, Gaioso em seu *Compêndio* destaca também precisas ideias, no que tange a cotonicultura maranhense, expondo que: a base de exportações do algodão era insignificante no princípio de sua organização, encetado por uma minguada exportação, 651 arrobas, mas ao longo de 12 anos, precisamente em 1771, as exportações moveram-se para a casa das 4055 arrobas de algodão em pluma (GAIOSO, 1970).

“O Maranhão foi o primeiro grande produtor do chamado “ouro branco” em fins do século XVIII” (ALBUQUERQUE, 1980, p.5). Entende-se que o algodão em uma visão geral passou a figurar como um dos produtos agrícolas de maior relevância para o Maranhão, isso ao longo do segundo período do século XVIII, o qual desencadeou uma sequência de importantes transformações em sua estrutura econômica. Prado Júnior (2006) afirma que:

O progresso da lavoura algodoeira foi muito facilitado pela relativa simplicidade da produção. Ao contrário do açúcar, ela quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples que não exigem senão instalações sumárias (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 83).

Este autor ainda traz outra análise da nova fase comercial do algodão maranhense, a partir das perspectivas desenvolvidas em consequência das inovações industriais verificadas no século XVIII, afirmando que:

Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 125).

O algodão maranhense gerou no decurso do século XVIII, o desenvolvimento de forças produtivas inéditas no Maranhão até aquela época, mas ainda aquém ao que havia ensejado a economia açucareira em seu estágio de vultosa prosperidade em outras partes da colônia. Mesmo assim, importante salientar que, embora nas décadas finais do Setecentos, as elites coloniais no geral estivessem experimentando momentos de estagnação comercial em praticamente todo o território lusitano na América do Sul, o Maranhão experimentava, ao contrário, uma efervescência em seu núcleo econômico (FURTADO, 2007, p.140).

Um dos fatores que possibilitou o Maranhão ascender economicamente com a produção do algodão foi à nova dinâmica econômica mundial que vinha ganhando novos rumos, a partir das revoluções industriais que estavam ocorrendo na Europa, no século XVIII. O autor Eric Williams (2012) reitera que: “O sistema colonial era a espinha dorsal do capitalismo comercial da época mercantil” (Williams, 2012, p.201). Conforme Barroso (2022, p.155), “a crescente

demanda internacional por algodão, decorrente do processo de industrialização na Europa, favoreceu a expansão e a consolidação do setor agroexportador do Maranhão”. Apesar disso, destaca também as flutuações dos preços e demandas do algodão produzido no Maranhão, por consequências da força produtiva de outros mercados produtores da fibra. O território que veio a se tornar mais tarde os Estados Unidos, por exemplo, antes da Guerra de Independência das Treze Colônias Britânicas⁷, concorriam fortemente com o algodão do Maranhão, exportando elevados volumes da fibra ao mercado inglês, principalmente nos anos iniciais da Revolução Industrial. Nessa fase de alta do algodão norte americano, o Maranhão perdeu espaço nas transações da fibra, pois os futuros Estados Unidos já possuíam meios mecânicos que beneficiavam a colheita e os demais processos manufatureiros do algodão.

A produção dos Estados Unidos, entrosada no grande mercado consumidor inglês, tomava enorme desenvolvimento, devido aos baixos fretes, à mão-de-obra abundante e barata, à disponibilidade de terras férteis e às técnicas avançadas de que se utilizava (SODRÉ, 1963, p.190).

No Maranhão o algodão era colhido de uma forma mais simples, o que demandava número cada vez maior de escravizados africanos para impulsionar as atividades na cotonicultura (MARTINS, 2015). Ficava cada vez mais evidente que o caminho para avançar na produção encontrado pelas elites locais não centrou na busca do aprimoramento técnico, mas sim no aumento da importação de força de trabalho de homens e mulheres oriundos do continente africano, que se tornou base fundamental das lavouras de algodão da Capitania maranhense. A transformação do Maranhão não se limitou apenas ao campo econômico, com o progresso da lavoura algodoeira, as mudanças se estenderam até aos aspectos de formação social étnica da região. O algodão, embora seja branco, tornou o Maranhão preto (PRADO JÚNIOR, 2006). A afirmativa faz referência ao transcendental desembarque de negros africanos feito pelo brutal tráfico de escravizados as terras do Maranhão. É certo, que a entrada de um crescente fluxo de escravizados foi o principal motor da cotonicultura da Capitania, fomentado fortemente pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM), criada em 1755, e que será abordada com mais detalhes no segundo capítulo deste trabalho.

⁷ A luta pela Independência das Treze Colônias, pode ser titulada como o episódio de fundação dos Estados Unidos da América, uma reação cívica, de separação da Grã-Bretanha. Os conflitos eclodem em meio a insatisfações dos colonos, em razão da substancial elevação de impostos da Inglaterra (PAULA, 2022). “No tocante aos fatos que precederam a Independência, a reação americana fez-se fundamentalmente a partir da Declaração de Independência, em 04 de julho de 1776, e subsequentemente por uma guerra no decorrer da qual os colonos contaram com o apoio francês, certamente que por razões ideológicas, dado o anti-absolutismo [...]” (GEBARA, 2010, p.73).

Quanto à concorrência no ramo da cotonicultura, a produção da Capitania maranhense também passou por momentos de competição por espaços dentro da própria Colônia. Pernambuco uma região com fortes recursos na exportação açucareira, sendo esse setor agrícola uma de suas principais base econômicas, tanto no século XVII como no período Setecentista, começou a produzir algodão, e os dados históricos revelam que esta nova empreitada mercantil foi benéfica para a Capitania pernambucana.

A trajetória econômica do algodão na capitania de Pernambuco foi sensivelmente diferente daquela experimentada no Maranhão. Apesar de também ser alvo de uma companhia monopolista – a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba [...], cujas operações iniciaram em 1760 - que procurava incentivar a produção algodoeira, Pernambuco só foi despachar suas primeiras remessas no final da década de 1770 (MARTINS E MELO, 2018, p.11).

A estruturação do setor algodoeiro na Capitania de Pernambuco não foi uma iniciativa que logo nos primeiros momentos se adequou aos seus ideais de produção comercial. Os senhores de engenho priorizavam concentrar suas produções agrícolas no próspero mercado açucareiro, já estabilizado, do que envolver suas finanças em um novo produto agrícola (SANTOS, 2019). Por outro lado, o algodão no Maranhão, ao invés de competir internamente, se organizava em paralelo com outro grande ramo agrícola local, a rizicultura. Ao contrário de Pernambuco, a cultura açucareira não se adaptou muito bem ao clima e a terra da região maranhense, “os solos do Maranhão não apresentavam a mesma fecundidade que os massapés nordestinos para a produção de açúcar” (FURTADO, 2007, p.109). O que o Maranhão produzia em suas primeiras plantações de cana, não vingava dentro do comércio colonial, e muito menos no mercado externo.

Importante salientar que a cotonicultura, no geral, sofreu com algumas restrições de operação na América portuguesa, fato que também veio a influenciar o algodão produzido no Maranhão, e suas eventuais tentativas de sua manufatura na própria Capitania. Mesmo com as técnicas industriais ganhando força mundo afora, ocorreu que, em 1785, por meio de um alvará expedido pela rainha Dona Maria I, reprimiu-se toda a fabricação de têxteis em qualquer parte do território colonial português, quem burlasse a interdição Real estava suscetível a condenação para os que não cumprissem com o mandato:

Hei, por bem ordenar, que todas as fabricas, manufacturas, ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro, e prata: de veludos, brilhantes, setins, tafetás [...], ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão, ou de linho, branca, ou de cores [...], ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã, ou os ditos tecidos sejam fabricados de hum só dos referidos gêneros, ou misturados, e tecidos huns com os outros; exceptuando tão somente aquelles

dos ditos teares, e manufacturas, em que se tecem, ou manufacturão fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuario dos negros, para enfardar, e empacotar fazendas [...], todas as mais sejam extinctas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus dominios do Brazil, debaixo da pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada huma das ditas manufacturas ou teares, e das fazendas, que nelas, ou nelles houver [...] (SILVA, 1850).

Entretanto, não obstante, esse decreto de 1785 não promoveu profusas variações no mercado prolífero do algodão, visto que, as informações historiográficas não indicam que havia grande interesse em industrializar a produção local.

Em um período de trinta anos houve um avolumamento nos valores de mercado da fibra do algodão, mesmo com as sucessivas altas e quedas no mercado algodoeiro, os preços da fibra variavam num patamar de 1.560 a 5.900 réis por arroba. Na fase que principiava o penúltimo quinquênio do século XVIII, de 1780 até 1788 expressam bons valores nas exportações do Maranhão, que na totalidade ultrapassam a quantia dos 686 mil réis nas vendas das arrobas do algodão (SIMONSEN, 2005 e VIVEIROS, 1954). Era comum que surgissem grandes demandas de ricos donos de fábricas têxteis europeias pelo algodão que estava sendo produzido nas colônias do Atlântico Sul, uma vez que, os algodoais dessa região já se encontravam estruturados, fortalecidos com a entrada de força de trabalho escravizada.

A Revolução Industrial modificou toda a balança comercial mundial e a produção de tecidos constituiu um significativo percentual no conjunto das principais mercadorias de exportação. As transformações ocorridas nos modos de produção, alteraram até a base de insumos na produção de tecidos, a lã, matéria-prima europeia, decaiu e perdeu espaço, e o algodão, matéria-prima colonial, emergiu como a solução fabril desse novo campo produtivo (SODRÉ, 1963). A mecanização dos métodos manufatureiros das fábricas de tecidos, e a substituição da lã pelo algodão, nas indústrias, sem dúvidas, fizeram com que esse setor agrícola assumisse ampla notoriedade e crescente expansão de seu mercado consumidor. “O valor total da exportação de produtos agrícolas praticamente duplica entre os anos 80 do século XVIII e o fim da era colonial, aproximando-se dos 4 milhões de libras” (FURTADO, 2007, p.141).

Nesse contexto, os donos de lavouras algodoeiras do Maranhão começaram a ver na cotonicultura, um novo sentido, de algo que lhes tirariam de um longo período de crises econômicas, que assolava essa Capitania. A evolução da cultura do algodão auxiliou um direcionamento do melhoramento do ramo agroexportador do Maranhão, visto que, os têxteis detinham uma extensa notoriedade no comércio monopolista do Atlântico. A professora Marize Helena de Campos (2008), destaca em sua obra a respeito do Maranhão que:

Assim, influenciada por uma demanda externa em franca expansão, aquela economia cresceu consideravelmente ao longo dos últimos decênios do século XVIII e dois primeiros do século seguinte, atingindo a chamada idade de ouro da lavoura maranhense (CAMPOS, 2008, p.120).

Cumprir notar que, nas primeiras décadas do século XVIII, áreas coloniais do Atlântico Sul não eram as primeiras opções de fornecimento de algodão aos mercados europeus. A Inglaterra, encontrava vantagens econômicas no algodão que era importado da Índia. Com os preços da produção e despacho da fibra, os ingleses optaram em incentivar suas colônias a produzirem algodão, a fim de baratear os processos de manufatura desta matéria prima. Nesse contexto, Barbados, na América Central, tornou-se outra solução inglesa de importação algodoeira. Por conseguinte, a França seguiu princípios produtivos semelhantes, em relação ao algodão. O seu polo de produção da fibra para abastecer seus ricos mercados de tecidos, vinham sobretudo de Santo Domingo, sua possessão ultramarina localizada na região caribenha (MARTINS e MELO, 2018). À vista disso, é compreensível que no século XVIII, a cotonicultura tenha se tornado paulatinamente uma prática agrícola que os países colonizadores estimulavam em suas colônias, no sentido de subtrair maiores riquezas do apogeu do algodão no mercado externo.

Portugal, por exemplo, encontrou na cotonicultura da sua colônia no Atlântico Sul, ganhos que iam sustentar o seu desenvolvimento manufatureiro no segundo quartel do Setecentos. Já que o Tratado de Methuen⁸ de 1703, entre a Inglaterra e Portugal, forçou o país português a sucumbir às suas ideias para uma vigorosa produção manufatureira. O tal acordo gerou danos tanto para Portugal como também para a sua colônia (FURTADO, 2007).

Por outro lado, considerando especificamente a Capitania do Maranhão, uma ocorrência de ruptura favoreceu momentaneamente a produção local. Trata-se da perda de domínio da Inglaterra no comércio das Treze Colônias Inglesas na América em 1776, onde de lá partiam boa parte do algodão importado pelos ingleses para suas indústrias têxteis, que estavam em um pleno desenvolvimento manufatureiro. A Revolução Francesa, foi também um acontecimento político que contribui indiretamente para a produção algodoeira maranhense, pois com a

⁸Esse tratado tinha princípios de unificar um acordo comercial entre a Inglaterra e Portugal. Nesse mercado, os vinhos portugueses entrariam no país inglês com uma alta redução de impostos, e em troca desse favor Portugal concederia vantagens nas importações dos tecidos ingleses em seu território. “O acordo de Methuen constitui um ponto de referência importante na análise do desenvolvimento econômico de Portugal e do Brasil. Esse acordo foi celebrado ao término de um período de grandes dificuldades econômicas para Portugal, coetâneas da decadência das exportações açucareiras do Brasil. Ao prolongar-se essa decadência e ao reduzir-se tão persistentemente a capacidade para importar, começou a prevalecer em Portugal o ponto de vista de que era necessário produzir internamente aquilo que o açúcar permitiria antes importar em abundância. Tem início assim um período de fomento direto e indireto da instalação de manufaturas” (FURTADO, 2007, p.127).

reformulação administrativa na França, com graves conflitos internos, trouxe como resultados sérios entraves em suas possessões ultramarinas da América Caribenha, que eram suas principais produtoras coloniais de algodão. A Revolução Haitiana foi um desses casos de desequilíbrio na economia de produção da França, que se sucedeu na ilha caribenha de Santo Domingo, Saint-Domingue, após uma parte dessa ilha pertencente à Coroa Espanhola ser anexada aos domínios da França. Foi um conflito revolucionário que afetou a produção de mercadorias tropicais de exportação francesa, principalmente os canaviais e os algodoads. Por se tratar de um levante de negros escravizados, a central força da mão de obra dessas culturas do campo. “Nesse pequeno território estavam concentrados quase meio milhão de escravos que se revoltaram e destruíram grande parte da riqueza ali acumulada [...]” (FURTADO, 2007, p.141). Se verificado em agosto de 1791, uma revolução interpretada como um caso inusitado para àquela época de escravização negra voltada para a produção agrícola e, ainda mais, por ter sido um confronto que se obteve êxito, que levou a constituição de uma região independente, titulada posteriormente como Haiti (FERRER, 2012).

É, portanto, perante a esses grandes problemas, que a Capitania do Maranhão alcançou alguns anos de bonança, em meio às várias flutuações do preço e demanda/oferta da matéria-prima no mercado internacional. E é neste espaço de tempo do século XVIII que o Maranhão passa a ser uma das principais regiões da colônia portuguesa a exportador de algodão para a Inglaterra. Na fase de desordem do fornecimento de algodão dos Estados Unidos as fábricas inglesas, o algodão da América portuguesa obteve um lucro de um milhão de libras, isso entre 1755 e 1800 (SODRÉ, 1963).

Numa época dominada pelo mais estrito mercantilismo e em que era particularmente difícil desenvolver um comércio de manufaturas, a Inglaterra encontrou na economia luso-brasileira um mercado em rápida expansão e praticamente unilateral (FURTADO, 2007, p.130).

Não por acaso, quando os pilares econômicos do Brasil, no sentido dos ajustes da balança comercial do açúcar e do ouro entraram em declínio, o Maranhão começou a vivenciar situação inversa. Para Meireles (2006):

Dos três sistemas principais da economia brasileira, apenas o maranhense esteve em situação favorável no último quartel do século, o que, grosso modo, pode ter contribuído para se pensar essa conjuntura de efervescência econômica da região (MEIRELES, 2006, p. 48).

De acordo com o historiador Arruda (2008) “O algodão brasileiro, produzido no Maranhão e em Pernambuco, alimentava, concomitantemente, três processos de industrialização coetâneos: inglês, francês e português” (ARRUDA, 2008, p. 53). “Era um produto fortemente demandado tanto na Inglaterra, onde as manufaturas têxteis começavam a

se desenvolver, quanto na França, onde tinha muita penetração pela sua boa qualidade para a fabricação de tecidos finos” (MARTINS, 2019, p.259). Por esse viés é possível analisar que a economia da província maranhense girava em torno da alta expressividade que o algodão adquiria nos mercados internacionais. De artigo basicamente reduzido ao comércio interno, a produção algodoeira maranhense converte-se de forma rápida em um valoroso item de exportação na sua estrutura econômica.

Para tanto, a base das volumosas exportações de algodão para a Inglaterra, França e Portugal, foi devido a nova conjuntura política que Portugal vivenciava, desenvolvida pela administração pombalina, em pretensões de equilibrar a balança comercial portuguesa, especialmente com os ingleses, visto que, Portugal devia favores econômicos à Inglaterra, e possuía dependência agrícola da Inglaterra. A subida na produtividade dos algodoais, elevou o PIB do Maranhão, isso fez o seu Produto Interno Bruto, ser um dos maiores no Brasil colonial, final do século XVIII. Com um montante de 112 dólares, praticamente o dobro do PIB per capita intermediário no Brasil, que corria os 61,2 dólares (ARRUDA, 1980). Situação favorecida pelos efeitos dinâmicos dos estímulos externos da alta rentabilidade nas exportações.

As lavouras algodoeiras atendiam às demandas dos interesses da Coroa e do ambicioso comércio da burguesia lusitana, fornecendo ao comércio internacional elevadas quantidades de algodão em pluma, que garantiu ao Maranhão, nos primeiros tempos de euforia da cotonicultura, grandes lucros e uma autonomia de preços singularmente expressivos, promovendo um *boom* econômico na região. E o enfoque das exportações do algodão se utilizava relativamente do desempenho dos eixos econômicos e políticos que o período Setecentista vivenciava, onde existia uma associação estreita entre as exportações da fibra do algodão maranhense e o vertiginoso crescimento global da produção dos algodoais nas colônias, assim constituído o conjunto dos gêneros coloniais que o mercado do Atlântico Norte tanto necessitava.

Nesse aspecto as vantagens do avanço do sistema agroexportador condicionaram as fazendas de algodão a se expandirem ao longo da Ribeira do Itapecuru.⁹ O período suntuoso da produção de algodão no Maranhão transformou o Vale do Itapecuru na principal área produtora. “A cultura do algodão em terras maranhenses se direcionou ao interior da capitania, com uma

⁹“A bacia hidrográfica do rio Itapecuru situa-se na parte centro-leste do Estado do Maranhão, entre as coordenadas 2°51’ a 6°56’ Lat. S e 43°02’ a 43°58’ Long W [...] Abrange uma área de 52.972,1 Km², que corresponde à cerca de 16% das terras do Maranhão. Limita-se a sul e leste com a bacia do rio Parnaíba através da serra do Itapecuru, chapada do Azeitão e outras pequenas elevações, a oeste e sudoeste com a bacia do Mearim e a nordeste com a bacia do Munim. O rio Itapecuru nasce nos contrafortes das serras da Crueira, Itapecuru e Alpercatas, em altitudes em torno de 500 m, percorrendo uma extensão de aproximadamente 1.050 Km, até sua desembocadura na baía do Arraial, a sul da ilha de São Luis” (DE ALCÁNTARA, 2004, p. 97 e 98).

grande concentração das lavouras na região leste, local imprescindível para as produções algodoeiras” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 145).

No que concerne a economia na Capitania do Maranhão, essa havia avançado uma fase de concentração de riquezas e uma integração ao mercado internacional. Sua economia algodoeira exportadora tornou-se um episódio de extensa projeção de valor na América portuguesa. Visto que, o crescimento desse ramo significava modificações essenciais na estrutura do Maranhão, com ocupação de novas terras e um aumento nas exportações das suas produções algodoeiras, baseada no uso brutal da força de trabalho escravizado.

Em 1788, anos finais do Setecentos, o Maranhão exportava em larga proporção o algodão para o mercado externo. Rolim Filho (2016) argumenta que; “Será ele o único fator determinante de qualquer atividade econômica de vulto, sempre se ignorando as potencialidades regionais e a criação de um mercado interno local” (ROLIM FILHO, 2016, p. 21). Certamente, o mercado das colônias era uma solução para enriquecer o mercado europeu, sem essa estratégia mercantil, as suas produções têxteis não teriam um expressivo crescimento em pouco tempo, principalmente à esfera fabril dependente do algodão (ARRUDA, 2008).

Portanto, o desenvolvimento de toda a dinâmica de produção do algodão da Capitania maranhense, estava vinculada a um importante comércio mercantilista, estabelecido a partir de políticas econômicas desenvolvidas por Portugal. Enfim, é óbvio que essas mudanças vivenciadas pelo Maranhão, contribuirão para a diversificação dos modelos econômicos local, além de quer essa parte do Atlântico Sul, passou a ser um espaço de vantagens nos estágios de ociosidade do mercado europeu com os seus principais fornecedores de algodão, feito que fez com que o seu setor têxtil não ruísse economicamente. Assim, sucedeu no Maranhão, de uma das regiões mais pobres, a uma das Capitanias mais ricas do norte da colônia, isso nos fins do século XVIII.

1.2 Uma breve análise sobre os princípios da Companhia que dinamizou a cotonicultura do Maranhão

Como já foi salientado anteriormente, a balança comercial do Maranhão, nos primeiros anos do século XVIII, não configurava um estágio de satisfatórias progressões econômicas em termos internacionais, e seus gêneros agrícolas, como a produção de tabaco e algodão em ramas, mobilizava um comércio restrito em moldes regionais. O viés de exportação desses produtos

primários seguia mecanismos produtivos pouco expressivos em comparação com o volume de exportação de outras Capitânicas do Brasil na mesma época (DIAS, 1966, p.364 e 354).

É notório que nas Capitânicas amazônicas os colonos almejavam um avanço econômico que seguisse os mesmos sentidos do crescente mercado atlântico de exportação de produtos tropicais em áreas do Brasil, que girava no cenário das prósperas Capitânicas da colônia, e também em possessões de outras potências europeias. Não obstante, os impasses econômicos no Maranhão e no Pará, despertavam ideias para a criação de uma companhia comercial que estimulasse a entrada de um substancial fluxo de braços africanos, e em complemento desenvolver os meios produtivos das lavouras locais (CARREIRA, 1982). Tais concepções foram fomentadas pelas Câmaras do Maranhão e do Pará e pelos governadores locais, dado que, havia uma necessidade de aprimoramento dos processos mercantis dessas Capitânicas.

A partir do incremento das políticas pombalinas, inseridas nas Capitânicas do extremo norte da colônia, o Maranhão principiou uma ruptura gradual com suas condições de dificuldade econômica, para definitivamente fortalecer e se acoplar ao mercado Atlântico. Contudo, esse novo contexto econômico fornecia riquezas concentradas sob a propriedade dos grandes fazendeiros, e os pequenos produtores junto com os demais moradores, sobretudo indígenas e africanos escravizados e seus descendentes, ainda teriam que conviver com as mazelas socioeconômicas e a exploração violenta de sua força de trabalho. Nessa fase de mudanças políticas no Maranhão, compete referir acerca do departamento político criado para gerir assuntos relacionados aos controles territoriais da Coroa Lusitana. Neste sentido, o governador da Capitania, Francisco Xavier de Mendonça furtado, foi o instruído pelo Gabinete Josefino, um novo setor de políticas econômicas da metrópole colonial, gerido pelo Ministro Marquês de Pombal¹⁰. Mendonça Furtado, tinha o cargo de aplicar o projeto de recolonização e desenvolvimento político e econômico da Capitania maranhense e da região amazônica. Portanto: “A política josefina para a colonização da Amazônia era de expandir e ocupar a região, tendo em vista as novas resoluções demarcatórias das fronteiras propostos pelo Tratado de Madri, firmado em 13 de janeiro de 1750” (MARTINS, 2019, p. 101).

O Gabinete Josefino surgiu no governo de D. José I, por intento de executar os planos das reformas políticas nas possessões da porção norte da colônia. Um motivo basilar do Gabinete Josefino foi buscar ter o absoluto domínio e a soberania da região amazônica e estimular a produção comercial. O Tratado de Madri, definia os interesses geopolíticos traçados

¹⁰“Pombal foi chamado, em 1750, para compor a equipe de ministros do rei D. José I. Durante os 27 anos do governo deste rei, ele pôs em prática toda a experiência adquirida no exterior e que viria a dar uma nova face ao modo de governar de Portugal” (SANTOS, 2019, p. 55).

pelas Coroas de Portugal e da Espanha, assinado em 14 de janeiro de 1750. Um de seus termos tinha por objetivo a demarcação de terras na América do Sul, na certeza de ambos os países garantirem a defesa de seu território e de suas políticas (CHAVES, 2015). Tanto o Tratado de Madri de 1750, como o Gabinete Josefino, possuíam interesses que se aproximavam em alguns pontos, sejam eles pelas razões do inerente controle das possessões de terras, pertencentes a Portugal e a Espanha, na procura da individualização de suas leis territoriais ou na simples coincidência desses países estarem também com prospectos de colonizar suas fronteiras e abrir espaços para o avanço econômico desses lugares.

No Gabinete Josefino, uma das primeiras medidas executadas por Mendonça Furtado foi escutar previamente os anseios dos ricos lavradores e mercadores da Capitania, onde se cobrava por soluções dos problemas da falta de um empreendimento monopolista de comércio e navegação, que fomentasse uma acentuada restauração econômica na região da Amazônia Portuguesa. Para tal feito era necessário a entrada regular de cativos africanos para atender as demandas internas. E na Capitania do Maranhão, o escravo africano era pensado no sentido de revitalizar a economia, pois para a Coroa o cativo africano era pretendido para expandir as lavouras de produtos locais (CHAMBOULEYRON, 2006). E sobre o empreendimento monopolista, os colonos do Maranhão solicitavam a Coroa que os lucros dessa empresa retornassem a eles, sem bloqueios advindos de Lisboa, local de funcionamento do governo da metrópole colonial.

O interessante a se destacar é que a política josefina, tinha a preocupação em manter o controle centralizado da Coroa sobre às Capitanias do Pará e do Maranhão, apesar do relativo abandono dessas terras no início do período Setecentista. Destarte, os negócios e o controle econômico dessa região encontravam-se interligados aos reais interesses da Coroa Lusitana, e isso, sem dúvidas, abrange a autonomia de exploração das riquezas regionais pelo governo português.

A estruturação da empresa monopolista, que percorria os anseios dos colonos do Maranhão, angariou meios para a sua concretização mediante os planos do governador da Capitania Mendonça Furtado, que unificou tanto os colonos/comerciantes do Maranhão quanto do Pará, para promover a criação de uma companhia comercial de caráter monopolista, que contou com a essencial assessoria de seu irmão, o Marquês de Pombal. No entanto, os insuficientes proventos que essas Capitanias dispunham eram limitados a um baixo poder econômico, como relata também o historiador Viveiros: “Mas, chegada a vez de cada um subscrever a sua cota para o fundo social, mal se reunia a quantia de trinta e dois mil cruzados, e isto era ‘a última substância da Capitania’.” (VIVEIROS, 1954, p.68).

Embora essa primeira tentativa de constituição do empreendimento comercial tenha sido malsucedida, foi nesse mesmo contexto dificultoso que houve a interferência determinante do Marquês de Pombal, que mediante ao seu elevado cargo como ministro agrupou prósperos homens de Lisboa, com o propósito de reverter a situação. De acordo com Carreira (1982, p. 54) ele discorre que:

Pombal, seja pelo incitamento do irmão – a quem coube o encargo de encaminhar as negociações no Brasil -, seja porque a criação da empresa constituía um dos grandes objetos da sua política relativa ao ultramar (o que é mais crível), manejou tudo com os grandes homens de negócio de Portugal, em especial os de Lisboa e Porto. É nessa conformidade que surge, a 6 de junho de 1755, uma petição subscrita por 11 personalidades: Sebastião de Carvalho e Melo, Rodrigo Sande e Vasconcelos, Domingos de Bastos Viana, Bento José Alvares, Francisco da Cruz, João de Araújo Lima, José da Costa Ribeiro, Manuel Pereira da Costa, António dos Santos Pinto, Estêvão José de Almeida e José Francisco da Cruz, devidamente estruturada em 55 artigos, solicitando a aprovação régia do que designaram por *Companhia do Grão-Pará* e que, posteriormente, passaria a *Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão* (CARREIRA, 1982, p. 54).

E ainda segundo Carreira (1982) o rei não diferiu o pedido para a concretização da empresa comercial, aprovando em 7 de junho de 1755, devido a necessidade das regiões do Pará e do Maranhão. O historiador Viveiros ainda alude outras contestações sobre o fundamento da CGCGPM, afirmando que:

A empresa era um corpo político, composto de um provedor, oito deputados, um secretário e três conselheiros, com o fim de exercer o comércio e a navegação com o Estado do Maranhão e Grão-Pará, designação esta que seria em breve mudada para a de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Para isso foi-lhe concedido o mais absoluto monopólio da navegação, do tráfico de negros, da venda de mercadorias e compra de géneros coloniais, pelo espaço de vinte anos (VIVEIROS, 1954, p. 70).

E, desse modo, ergueu-se a CGCGPM, com o domínio comercial de boa parte da Capitania maranhense. “Pombal ajudou-os criando uma companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região, tradicionalmente a mais pobre do Brasil” (FURTADO, 2007, p. 139). “A verdade, porém, é que a empresa dificilmente se formaria sem a intervenção direta e oportuna de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado, junto do todo-poderoso seu irmão” (CARREIRA, 1982, p. 53). Neste contexto, podemos afirmar que essa companhia de comércio, em tese foi de fundamental importância para a economia da colônia portuguesa na América, e não exclusivamente um mérito atribuído às Capitanias do Maranhão e Grão-Pará.

Como já sublinhado anteriormente, no espaço do Setecentos, nos anos de monopólio da CGCGPM, as terras maranhenses receberam um expressivo contingente de cativos africanos.

A Companhia obteve o domínio do tráfico de escravos africanos para a Capitania maranhense, comercializando pessoas escravizadas aos moradores ávidos por essa nova fonte de trabalho para os serviços domésticos e principalmente os do campo. O tráfico negreiro com destino ao Maranhão partia de locais estratégicos africanos, principalmente da África Ocidental. A Companhia priorizava em suas viagens atuar em contato com os setores das regiões de Cabo Verde, Bissau e Cacheu, pela sua proximidade de Lisboa (CARREIRA, 1982). O tráfico transatlântico com mão de obra de populações africanas no cenário de 1757, se revelou mais intenso para o Pará e Maranhão. Em 1778, o ano que marcou o fim do empreendimento monopolista, houve um movimento de 25.365 cativos trazidos da África. De Bissau foram 9.229, de Cacheu vieram 8.362 e por conseguinte Angola que fechou com um percentual de 7.774 escravizados (DIAS, 1967). Devido a essa nova força de trabalho que cresceu numericamente, o Maranhão teve a possibilidade de avivar os seus mecanismos produtivos, sobretudo os negócios ligados ao setor algodoeiro.

Portanto, com o início dessa nova conjuntura política de incremento de mão de obra escrava, a produção das lavouras encontrou, desse modo, uma nova colocação favorável para crescer e adentrar o mundo dos negócios rentáveis. As bases da economia maranhense foram de excepcional modo desenvolvida pela dita Companhia de comércio (CARREIRA, 1982). É notório, que a CGCGPM, conduziu aos colonos do Estado do Maranhão, um restaurado otimismo, ofertando a eles diversas oportunidades na concessão de créditos para cultivarem suas produções agrícolas. Por último, nessa perspectiva de financiamentos agrícola aos colonos, o destaque de grandes incentivos monetários foi sobretudo para a cotonicultura e em segunda providência para a rizicultura, dois produtos que seguiram em processo de evolução nos anos finais do período Setecentista, virtudes de prosperidades auferidas pelo dinamismo da CGCGPM.

CAPÍTULO 2

A COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO E O SEU VÍNCULO COM A ECONOMIA ALGODOEIRA

A sucessão do desenvolvimento da cotonicultura no Maranhão deve-se em grande parte a CGCGPM, esse empreendimento monopolista agiu na expansão mercantil das duas Capitânicas amazônicas, em especial ao Maranhão, que é o alvo da discussão desta pesquisa. A estrutura econômica da Capitania maranhense nessa fase foi condicionada a uma invertida de posições estratégicas dentro do mercado econômico atlântico e regional. A era também foi marcada pelo princípio do reinado de Dom José I, como já conhecemos em outras partes desta monografia, que foi um período monárquico que induziu novas medidas administrativas ao Maranhão. Mas, a elementar referência de sua política foi, sem dúvidas, a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) a ministro de negócios do reino, que instigou as principais mudanças econômicas no governo lusitano e na colônia da América portuguesa.

Por isso, vejamos que os dados históricos do período Setecentista apresentam significativas comparações sobre o progresso do algodão, a começar pela ágil proeza da CGCGPM. Neste sentido, Viveiros aponta em seus estudos que:

[...] o Maranhão, que, no seu primeiro século de vida mal produzia algodão para o consumo interno, limitado aliás à fabricação de grosseiro pano, chamado caseiro e de rêdes, teve, graças aos esforços da Companhia de Comércio, em 1760, a sua primeira exportação com 130 sacas de 90 quilos, no valor aproximado de 3.120 cruzeiros [...], e daí por diante, numa escala quase sempre crescente, atingiu no último ano do século a cêrca de 30.000 sacas, que naquela mesma base de preço dariam 720.000 cruzeiros, ou sejam 240 vêzes o valor da primeira exportação (VIVEIROS, 1954, p. 75).

Assim, é na fase de florescimento financeiro da cultura do algodão, que o Maranhão assenhoreou nos últimos anos da era Setecentista que vai pormenorizar e retratar a força produtiva da CGCGPM, em que constituiu e fortaleceu às fontes do setor cotonicultor do Maranhão. “A Companhia monopolizou as redes de comércio que permitiam a exportação de algodão e a entrada de escravos e produtos metropolitanos e, dessa forma, conseguiu controlar os produtores” (COSTA, 2018, p. 245). Um fator interessante desse período era que essa Companhia foi uma parte adicional dos projetos de reestruturação econômica de Portugal.

Atentemos ao que Martins e Melo (2018) citam, a respeito de algumas considerações da ligação da CGCGPM e o sistema exportador algodoeiro:

A política da companhia em relação ao algodão se mostrou bem sucedida, pelo menos no que toca a produção. Das primeiras 204 arrobas despachadas em 1758, a exportação chegaria a mais de 40 mil nas vésperas do fim do monopólio, em 1777. Durante a atuação da empresa o desempenho das exportações não foi nada desprezível, alcançando crescimentos constantes, com exceção dos anos de queda de 1770, 1771 e de 1774 a 1776 [...] (MARTINS e MELO, 2018, p. 9)

Um exemplo das vantagens da CGCGPM, concedidas a Capitania maranhense foi a exportação das duas modalidades da fibra produzidas em suas lavouras, o algodão em rama e em pluma, exportado pela CGCGPM, indo em direção ao porto de Lisboa, para abastecer outras praças de comércio da Europa. Em vista disso, a tabela logo após organizada pelo economista Pereira Filho (2016), demonstra resultados das exportações de algodão em pluma do Maranhão empreendido na fase operante da CGCGPM, e anos depois de sua extinção.

Tabela 1. Exportações de algodão maranhense, tipo pluma (1760-1799)

Anos	Nº de sacas (90kg)	Arrobas
1760	130	780
1769	5.094	30.564
1777	6.290	37.740
1782	9.914	59.484
1786	12.015	72.090
1792	14.873	89.238
1795	27.187	163.122
1799	30.287	181.722

Fonte: Pereira Filho (2016, p. 42).

Para tal finalidade nas exportações a CGCGPM também incentivava os lavradores e mercadores da Capitania do Maranhão a produzirem volumosas quantidades de algodão.

[...] o algodão tinha proeminência nas carregações de São Luís. Os atributos da cotonicultura na colônia e a situação favorável do mercado consumidor mundial incitavam a lavragem. O industrialismo europeu, notadamente o britânico, no setor dos algodões, bem como a conjuntura internacional ligada à guerra da Independência dos Estados Unidos, eram fatores de incitamento (DIAS, 1967, p. 484).

De todo modo, os acionistas da Companhia tinham sérios motivos para incentivar a produção dos algodoads, visto que, no mercado de produtos tropicais, o algodão, se encontrava

em situação de expansividade. Nessa lógica, a Companhia contou com uma excelente projeção de futuro econômico, extraída do setor da cotonicultura, sabendo incrementar a oferta de força de trabalho escravizada e por conseguinte alavancar as exportações para o mercado estrangeiro (CARREIRA, 1982).

Nesse aspecto, os efeitos que a CGCGPM auferiu ao Maranhão foram sentidos ao longo do século XVIII, e numa concepção histórica de 1770 a 1778, a referida Companhia consolidou um forte comércio mercantilista com a França, já que, esse país também se encontrava envolvido no processo industrial têxtil do século XVIII. Essa leva do algodão maranhense à França, posteriormente, foi associada aos conflitos bélicos do Caribe, tendo como exemplo a Revolução Haitiana, em Santo Domingo. À vista disso, Martins e Melo (2018) defende que: Após o acontecimento bélico em Santo Domingo, o algodão advindo do mercado português, conseguiu uma maior notoriedade de entrada na França. Fato que os moradores desta região do Caribe com o fim da vinculação administrativa com a França, priorizavam negociar suas produções algodoeiras com os negociantes ingleses e jamaicanos. Ao entreposto francês, o algodão maranhense seguia sendo exportado em larga escala, através das frotas de navios da CGCGPM, que fomentou uma produtiva rede mercantil a essa importante praça comercial europeia (CARREIRA, 1982).

Destarte, dentro desse sistema de exportação monopolista, compreende-se que a produção algodoeira estruturada em solo maranhense presenciava um novo alcance nos mercados consumidores a partir da CGCGPM, o que garantiu um acúmulo de capital estrangeiro na Companhia. E tais privilégios também se reverteram em benefício do sistema do Reino Lusitano, com fluxos de capital mercantil ao longo do tempo, no Setecentos.

A montagem de uma empresa agrária e mercantil era o meio mais eficaz para Portugal opor-se à nefasta ação imperialista das grandes potências. As circunstâncias que o reino e o império atravessavam aconselharam a Corôa a criar Companhias, único remédio para erguer o seu patrimônio do abatimento em que havia caído (DIAS, 1966, p. 428).

A economia proveniente dos algodoais do Maranhão havia encontrado estímulos de crescimento com a CGCGPM, com efeitos assíduos que se faziam até no setor portuário de São Luís, com fluxos intensos de navios da dita Companhia. Com o aumento nas exportações do algodão produzidos na colônia, o porto de São Luís foi conectado de maneira mais firme às rotas comerciais transoceânicas, com uma frota regular de navios que saíam carregados de algodão, e outros produtos coloniais produzidos em terras maranhenses. Furtado (2007) em suas palavras traz uma análise histórica que reflete a mudança ocorrida na zona portuária de São Luís no período Setecentista:

A pequena colônia, em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de cem a 150 navios por ano e chegando a exportar 1 milhão de libras (FURTADO, 2007, p. 140).

O algodão maranhense que era transportado pelas frotas de navios da CGCGPM, alcançou bons volumes na balança comercial de exportações da colônia, quando seguiam destinos aos entrepostos têxteis da Inglaterra, Itália, Holanda, Alemanha e França, isso no período Setecentista. Logo que nos anos de 1770 e 1774, à frota da Companhia duplicou suas viagens aos comércios desses referidos países, com cargas de algodão que giravam valores de 23.849 sacas, com montantes expressivos que ultrapassavam às cifras de 766 milhões de réis, na cotação das comercializações das sacas de algodão (DIAS, 1967).

Sabe-se que a realidade da cotonicultura maranhense antes da CGCGPM era insatisfatória, não havendo meios capitalistas e basilares para impulsionar a exportação da matéria-prima. Historicamente no século XVIII, às primeiras saídas do que o Maranhão produzia no setor cotonicultor pensado para o mercado externo, foi feita pelos navios da CGCGPM, em 1760, disposta pelo horrendo tráfico de escravos africanos. Decerto, as exportações de algodão, graças ao gerenciamento da referida empresa comercial, foram rentáveis para o Maranhão, tanto que, esse insumo agrícola, tão somente se desenvolveu com os créditos e fomentos da mão de obra escravizada atribuídos pela mesa administrativa dessa empresa de comércio.

CAPÍTULO 3

A COTONICULTURA MARANHENSE E A SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA ESCRAVISTA

O progresso dos algodoads no Maranhão necessariamente foi incrementado pelo tráfico transatlântico de pessoas escravizadas de origem africana, estabelecido pela CGCGPM, no auge das políticas de fomento ultramarino de Portugal no século XVIII. Na fase inicial do Setecentos o fluxo de escravos para o Maranhão era pouco expressivo (COUCEIRO E SILVA, 2015). Posteriormente, na segunda metade do século XVIII, os meios que a Coroa Portuguesa buscou para colonizar e ampliar o seu domínio sobre as terras do norte da colônia, desenrolou-se recorrendo ao sistema de exploração colonial, “Controle dos moradores, defesa contra invasores, produção que resultasse em grandes lucros — estes os pontos que asseguravam a continuidade da exploração colonial” (LARA, 1988, p. 31 e 32). O mercantilismo do Velho Mundo na era Setecentista, possivelmente só conseguiu desenvolver a base de sua nascente fase industrial apoiada nos mercados coloniais de produção em suas possessões ultramarinas.

A princípio o mercantilismo agrário foi uma prioridade das políticas de desenvolvimento atribuídas às Capitânicas do extremo norte da colônia da América lusitana. Para tanto era necessário o uso da escravidão africana para fomentar com primazia os planos da administração portuguesa, nesse encargo. Para o historiador Eric Williams (2012) “O capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio” (WILLIAMS, 2012, p. 284). Logo, esta parte da pesquisa irá aludir acerca da relação do algodão produzido e exportado pela Capitania do Maranhão com a entrada de cativos africanos durante a fase do ciclo algodoeiro no período Setecentista.

Para o país colonizador das terras na América portuguesa o tráfico negreiro se assentava no objetivo de unir meios ideais para a grande produção de gêneros tropicais cobiçados nas praças europeias (DIAS, 1966). Sendo assim, o grande fluxo de cativos africanos inseridos no Maranhão do século XVIII serviu tanto para desenvolver os algodoads da região como também para diversificar a economia de base agrária da colônia. Efetivamente, o tráfico de escravos para a Capitania maranhense, foi a força que as plantações produtoras de algodão, arroz, tabaco,

dentre outros gêneros, necessitavam. Sobre a escravidão moderna o historiador Lovejoy (2002) destaca que:

A escravidão como um aspecto menos importante da sociedade deve ser distinguida da escravidão como uma instituição. Naqueles lugares onde poucas pessoas possuíam poucos escravos, talvez como exemplos conspícuos de riqueza, mas não como trabalhadores, a escravidão era incidental à estrutura da sociedade e ao funcionamento da economia. A escravidão tornou-se importante quando os escravos foram usados extensivamente na produção, no monopólio do poder político, ou na servidão doméstica [...] (LOVEJOY, 2002, p. 39).

Os casos de escravidão na América colonial, reitera a lógica de compreensão que a escravidão não se assentou nos primeiros momentos da história do século XVIII na propriamente dita escravidão negra de populações africanas. Além da escravidão indígena praticada em terras do Atlântico Sul e em outras áreas coloniais da América, na qual foi um insucesso em termos de força de trabalho para as produções agrícolas, a escravidão também se empreendeu na escravização de homens e mulheres brancas. Tal fato, é constatado na historiografia das colônias na América do Norte e parte Caribenha pertencentes a Inglaterra, parceira comercial nas compras de algodão da Capitania maranhense, foco da investigação deste trabalho. Todavia, a escravidão, assim como para a Inglaterra e para outras potências mercantis europeias do século XVIII, a exemplo de Portugal, só significava uma mesma logística, o asseguramento de conceber riquezas capitalistas.

Assim sendo, Eric Williams (2012), assevera que a Inglaterra usava a força de trabalho de populações pobres de origem branca, antes da crescente entrada de escravizados negros africanos em suas colônias. Assim como ocorria com os negros escravizados da África, alguns brancos em regime de escravidão eram submetidos a maus tratos, ao cativeiro, e a subtração de seus direitos sociais e políticos. Mas diferentemente dos cativos negros africanos, os brancos escravizados contavam com certos privilégios no trabalho das fazendas de produção agrícola para exportação, ao passo que, os negros eram sentenciados a duras práticas trabalhistas, sem aberturas para as mesmas liberdades concedidas aos cativos de origem branca. Traços das diferenças raciais, uma razão mais intransigente que deixava o indivíduo negro ao livre domínio do horrendo trabalho escravo, para o desenvolvimento do capitalismo comercial inglês da era Setecentista.

A Inglaterra fornecia escravos, em grandes quantidades não somente para as suas colônias, o seu tráfico de escravos também se ofertava as colônias de outros países europeus, envolvidos no mercado Atlântico (WILLIAMS, 2012). Constatando tal exposição, certamente, o Maranhão foi beneficiado desse comércio escravista, pois Portugal no século XVIII, se

encontrava coligada comercialmente com a Inglaterra, e no geral o que o Maranhão recebia e exportava em bens manufaturados e na distribuição de seus insumos agrícolas, no caso do algodão, passava por Lisboa. Sem dúvidas, Lisboa estava associada ao mercantilismo inglês, precisamente à cidade de Liverpool, região europeia detentora do maior embarcadouro de negros escravizados, como ainda refere Eric Williams (2012) em sua obra. Além de quer, Liverpool era uma assídua importadora do algodão produzido com o trabalho escravo na colônia portuguesa do Atlântico Sul, o que faz entender que a Inglaterra e Portugal estavam juntas tanto no comércio de exportação de algodão, como também no entreposto de escravizados negros da África.

E retomando aos assuntos da escravidão na Capitania maranhense, confere que o crescimento da importação de escravos para o Maranhão, resultaria também do vertiginoso curso da cotonicultura ao mercado inglês após o acontecimento bélico de independência das Treze Colônias Britânicas (COUCEIRO E SILVA, 2015). Isso se atribui de modo igual ao crescimento do consumo de algodão e da sua grande adequação ao mercado têxtil. Com efeito, a lógica da combinação desses fatores relacionados, a introdução da escravidão africana para o incremento das lavouras de algodão, constituiu apenas uma parte de um ambicioso conjunto de ideais capitalistas de Portugal para a perpetuação de seus ganhos monetários sobre a sua possessão ultramarina. “Que asseguravam a dominação da metrópole portuguesa sobre sua Colônia na América e garantiam a exclusividade de sua exploração pela Coroa” (LARA, 1988, p.32).

A sucessiva introdução de escravos africanos para o trabalho nas plantações de algodão, foi possibilitada de forma corpulenta pela empresa pombalina, já referenciada em outras partes deste trabalho. Embora as atividades comerciais da empresa mercantilista tenham sucedido até 1778, o movimento de desembarque de escravizados africanos manteve-se frequente para o Maranhão, atravessando a primeira metade do século XIX. Nesse novo cenário, as exportações de algodão continuaram, entretanto, sem a participação dos serviços fornecidos pela Companhia no escoamento das produções para as praças europeias. Assim sendo, as exportações da fibra foram feitas pelos próprios fazendeiros e comerciantes do Maranhão. Deste modo, o quadro a seguir especifica o número de escravizados introduzidos na Amazônia, local nomeado pela administração lusitana para as regiões norte da colônia, onde compreendia às Capitânicas do Maranhão e do Pará, no século XVIII.

Tabela 2. Escravos desembarcados no norte da colônia portuguesa na América (1756-1800)

ANO DE ENTRADA	ESCRAVOS DESEMBARCADOS
1756-1760	4.436
1761-1765	7.886
1766-1770	5.953
1771-1775	5.568
1776-1780	8.902
1781-1785	7.433
1786-1790	11.507
1791-1795	10.899
1796-1800	9.224
TOTAL	71.808

Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Banco de informações, online, que registra as viagens do tráfico transatlântico de escravos. Disponível em <http://www.slavevoyages.org/>, acesso em 31/10/2022.

Observa-se que a tabela acima constata a crescente importação de cativos africanos durante os anos do excelente ciclo da agricultura dos algodoads, certos estágios de aumento nas importações de escravizados da África. Na realidade a Companhia de comércio, predispôs-se a acabar com o problema mais desfavorável do Maranhão, que era justamente suprir com mão de obra escrava a Capitania, sem tal fomento seria impossível o florescimento do rico mercado algodoeiro da região (MARTINS E MELO).

A política da Companhia tencionou a substituição reclamada do trabalho indígena pela mão de obra africana escravizada. Sendo que em 03 de maio de 1757 no norte da colônia e nas demais áreas da América portuguesa foi proibida a escravização de nativos, tal imposição resultou das políticas pombalinas (COSTA, 2018). Milhares de escravizados desembarcaram no porto de São Luís, estes se tornaram os principais agentes pela constância do modelo de produção algodoeira. “Em termos percentuais, essas regiões (Bissau, Cacheu e Angola) representaram, respectivamente: 43,65%, 30,05% e 14,10% do total de cativos trazidos para cá” (MEIRELES, 2006, p.84). Segundo a mesma autora, ainda vieram escravos de outras localidades do continente africano para o Maranhão, do sudeste africano, da região de Moçambique, da área central, precisamente de Benguela, do Golfo da Guiné, na região da Costa da Mina e também dos lugares situados entre Serra Leoa e o Golfo da Guiné, conhecido como

Malagueta, provendo um percentual de 3,37% de cativos (MEIRELES, 2006). Sendo a maior parte desses cativos destinados às lavouras de algodão.

E para uma compreensão mais detalhada sobre a presença das populações escravizadas dos setores portuários africano de Bissau, Cacheu e Angola desembarcadas na Capitania do Maranhão, a tabela abaixo feita por Carreira, traz uma análise expandida a respeito das movimentações do tráfico negro transatlântico para o território maranhense no Setecentos.

Tabela 3. Populações escravizadas dos portos de Bissau e Cacheu do continente africano (1756-1789)

BISSAU-CACHEU				
Períodos plurianuais	Total de escravos embarcados	Custo global na origem	N.º médio anual de compras	Custo médio na origem
1756-1760	2.027	120.961\$	405	59.675
1761-1765	4.183	308.959\$	837	73.861
1766-1770	5.294	371.336\$	1.059	70.143
1771-1775	4.637	329.480\$	927	71.055
1776-1778	2.498	177.251\$	833	70.957
1779-1789	1.805	119.715\$	164	66.324
Soma	20.444	1.427.702\$		

Fonte: Carreira (1982, p. 112).

Nesse sentido, percebe-se que a estrutura organizacional das lavouras de produção de algodão nesse período funcionava basicamente em razão do volume de escravizados africanos chegados à Capitania do Maranhão, e à ascensão da fibra produzida na região também ganha notoriedade a partir do mesmo contexto.

O tráfico negro e a escravidão nas fazendas destinadas a produção para exportação no Maranhão e nas demais áreas coloniais de países europeus no século XVIII, se estrutura como um negócio rentável apenas para os mercadores, ricos lavradores, e majoritariamente aproveitável para o núcleo metropolitano das colônias, mas, arbitrário para negros e indígenas. No decorrer da alta produtiva e do consumo de produtos tropicais no Setecentos, a população negra africana foi a parte mais arruinada desta perversa balança comercial do tráfico negro africano.

O trabalho pesado nas lavouras de produção colonial atribuídos aos castigos físicos injustificáveis, levavam à morte homens, mulheres e crianças negras, não unicamente nas fazendas de plantações, mas já durante as travessias dos navios negreiros no Atlântico para o beneficiamento produtivo nas colônias. Assim sendo, a afirmação de Williams (2012) enfatiza particularidades destas viagens.

Os motins e os suicídios, naturalmente, eram muito mais frequentes nos navios negreiros do que em outros navios, e sem dúvida o tratamento brutal e as maiores restrições aos movimentos dos escravos tendiam a aumentar o índice de mortalidade. Mas as causas fundamentais dessa alta mortalidade nos navios negreiros [...], devem ser procuradas, em primeiro lugar, nas epidemias, consequência inevitável da longa duração da viagem e da dificuldade de manter os alimentos e a água em condições salubres, e, em segundo lugar, no costume de superlotar os navios (WILLIAMS, 2012, p. 69).

Os óbitos de negros escravizados possuíam um percentual significativo nos alojamentos de espera dos portos negreiros do continente africano. Número que por vezes ultrapassavam as mortes registradas durante as travessias (ASSUNÇÃO, 2001). O esplendor do ciclo algodoeiro no Maranhão associado à evolução de uma cultura de bases agrícolas, acelerou a dizimação de milhares de pessoas negras mantidas em regime de cativo, do mesmo modo que em outras regiões coloniais crescidas pela produção açucareira. Nesse arcabouço de trabalho exploratório, o castigo físico era usado constantemente como uma ferramenta moral de disciplina aplicada sobre os negros escravizados.

Disciplina, violência e trabalho compulsório eram os elementos ordenadores da economia senhorial no trato dos escravos: imprescindível na dominação dos escravos, a violência foi também o meio segundo o qual se realizou a divisão e repartição do trabalho, em função da necessidade do empreendimento lucrativo (LARA, 1988, p. 55).

Com base em forte violência, a escravidão resultou no acúmulo de riquezas para grupos coloniais específicos. Os senhores escravistas, donos dos meios de produção, se beneficiaram do corpo negro aprisionado, no interior das fazendas de produção comercial, vítima de uma terrível prática de interesses capitalistas do século XVIII. Isso garantia a manutenção de uma sociedade guiada por modelos econômicos submersos em sangue negro, marcados pelas atrocidades da escravidão colonial exploratória, praticadas nas lavouras de exportação.

Além do beneficiamento que a prática do trabalho escravo africano acarretou para os algodoais das terras maranhenses, essa austera conjuntura do tráfico negreiro apresentava outras possibilidades econômicas. O tráfico de escravos ajudava a cultura algodoeira do Maranhão, enriquecendo ainda mais os mercadores abastados, ao passo que esse mercado de vidas entre a África e a América, custeava de modo igual às mordomias das monarquias europeias, entre elas a construção de palácios, de países coadjuvantes do tráfico de escravos (WILLIAMS, 2012). Por certo, em Cacheu e Bissau, as duas regiões africanas que procediam aos maiores números de escravizados para o Maranhão, no último quartel do século XVIII possuíam em suas áreas, estruturas comerciais montadas pelas forças portuguesas. Além dos escravizados, de lá os

portugueses moviam um comércio de trocas de produtos com os africanos, promovido nas mesmas zonas do tráfico negreiro (BARROSO JUNIOR, 2009).

De fato, o tráfico negreiro para o impulso das produções algodoeiras do Maranhão zarpava diretamente dos portos escravistas da África, uma estrutura econômica totalmente dependente do cativo africano. Todavia, é pertinente compreender que durante toda a segunda metade do século XVIII, à Capitania maranhense recebeu levas de escravos de outras Capitânicas da colônia, que dispunham de grandes quantidades de cativos por ação dos canaviais para a produção açucareira, consolidados nessas outras áreas desde o século XVII. É importante salientar que o contexto de inserção de africanos no Maranhão aconteceu tardiamente, se comparado a outras praças da colônia. Não por acaso, Pernambuco era majoritariamente uma das regiões que enviava regularmente escravizados, como ocorreu nos anos de 1779 e 1797, quando zarparam rumo ao Maranhão 6.947 escravos, e desse total a capitania pernambucana foi a principal participante desse tráfico interno entre capitânicas, auferindo 52,97% desse comércio, seguido da Bahia, fornecendo 42,84% desse montante de escravizados (MEIRELES, 2006).

As plantações de algodão estavam integralmente apoiadas na escravidão, a dependência não era somente atributo dessa função, com pessoas escravizadas executando papel central na economia (LOVEJOY, 2002). Nesse sentido, validando essa afirmação, a cruel escravidão dos povos africanos com a elevação do comércio algodoeiro foi o fator que construiu a base econômica da sociedade maranhense, como fonte para o comércio de exportações na era Setecentista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos decorridos produziram entendimentos que se encaminharam a descobrir o destaque que a cotonicultura representou para o Maranhão, na perspectiva do século XVIII. Perante o exposto, a pesquisa centrou nas lavouras de produção algodoeira para exportação, sustentadas por mão de obra de negros escravizados e do transporte comercial da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM), cuja atuação influenciou os destinos do Maranhão no campo econômico, político e social por várias décadas, implicando diretamente na diversificação do perfil demográfico da região.

A mão de obra de escravizados fomentada pela CGCGPM, através das rotas do Atlântico, transformou a população do Maranhão de maneira definitiva. A região, antes composta por poucos colonos, vários indígenas, mudou drasticamente com a chegada massiva de negros escravizados (MARTINS, 2015). Em anos finais do século XVIII, a população do Maranhão era composta por um elevado número de escravizados africanos, 47% do total dos domiciliados na Capitania em 1798 (MOTA e CUNHA, 2017).

Neste contexto, deve-se sublinhar que a escravidão foi um deplorável acontecimento que se estendeu por séculos, se abatendo em diversas áreas coloniais produtoras de matérias-primas para domínio metropolitano, na fase de transformações comerciais do período Setecentista. O indígena, a princípio escravizado para manter a produção econômica das lavouras de algodão no Maranhão, foi sendo substituído pela mão de obra negra, traficada do continente africano, movimentando um mercado de interesses, sendo objetos dos mais impiedosos castigos físicos nas fazendas de produção.

Considerando os levantamentos atribuídos de autores que tratam de temáticas da era Setecentista do Maranhão, a lavoura algodoeira, significou um particular momento de transição para a região. Fatos como as tentativas de construção de uma área colonial próspera e o uso da escravidão de negros africanos na lavoura se relacionam diretamente com a entrada do algodão plantado no Maranhão ao mercado mundial de exportações.

No Setecentos os mercadores e as metrópoles coloniais, ainda conviviam com o medo do surgimento de insurreições escravas. O aumento da presença de populações negras em áreas coloniais, espalhadas pelo tráfico negreiro, embora benéfica para a produção agrícola em larga escala, movia incertezas nesse ambiente, na contribuição para a organização de possíveis levantes contra o sistema de produção das lavouras. A Revolução Haitiana, falada em partes anteriores neste trabalho, surgiu como um princípio revolucionário, com a participação dos negros escravizados da colônia francesa de Santo Domingo, no Caribe, região produtora de

açúcar e algodão para exportação. No Maranhão, a maior revolta mais próxima do nosso período de discussão, ocorrida no século XIX, foi a Guerra da Balaiada (1838-1841). Uma luta por direitos levantada pela adesão dos maranhenses marginalizados socialmente e também no meio político e econômico, composta em sua maioria por negros e mestiços (FERREIRA, 2008). Uma luta do campesinato maranhense e dos escravos da produção colonial, que destruiu todo o sistema de produção das plantações de algodão, e de outras culturas agrícolas no Oitocentos. O algodão antes próspero na fase da grande demanda industrial inglesa, já se encontrava sem força de mercado, sofrendo com flutuações econômicas desde o fim da CGCGPM, empresa comercial que fazia as vendas e distribuição da fibra maranhense aos mercados externos. O colapso da cotonicultura do Maranhão seguiu ao longo do século XIX, ainda mais depois da retomada de posição dos Estados Unidos ao mercado de exportações de algodão, com a organização da demanda de seus principais consumidores, isso após a Guerra de Independência (1776-1783). Assim, esta pesquisa, buscou favorecer a compreensão da historicidade do Estado do Maranhão do período Setecentista, enfocando na problemática do algodão internamente, sem perder de vista suas conexões coloniais atlânticas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.J. **Os Primórdios da Exploração da Castanha-do-Pará.** In: XXIII Encontro Estadual de História da ANPUH, Assis (SP). Anais do XXIII Encontro Estadual de História, 2016.
- ARRUDA, Jose Jobson de Andrade. **Brasil no comercio colonial (o).** São Paulo: Ática, 1980. 710 p.
- ARRUDA, José J. de A. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros: 1800-1808.** Bauru: EDUSC, 2008.
- ALBUQUERQUE, Cláudia Ponte de. **O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos.** 1980. 84f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Fortaleza (Ce), 1980.
- ALMEIDA, A. W. B. **a ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão.** Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX.* In.: **Revista de Políticas Públicas**, v. 3. n, 12, p. 29-65. 1999. ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Maranhão: terra mandinga.* In.: **CMF – Boletim do Folclore.** Nº 20. Agosto de 2001.
- AZEVEDO E SILVA, José Manuel. O modelo pombalino de colonização da Amazônia. **Artigos. Instituto de História da expansão ultramarina. Faculdade de Letras- Universidade de Coimbra, 2002.**
- Antonio Alexandre Isidio Cardoso, « **La « langue générale » des fugitifs : le nheengatu dans l'Amazonie du XIX^e siècle** », *Brésil(s)* [En ligne], 20 | 2021, mis en ligne le 30 novembre 2021, consulté le 05 novembre 2022. URL :<http://journals.openedition.org/bresils/10827> ; DOI :<https://doi.org/10.4000/bresils.10827>
- BARROSO, Daniel Souza. O mealheiro oculto: dinâmicas econômicas entre o Norte e o Sul do Brasil no tempo da Independência. **Revista USP**, v. 1, n. 132, p. 149-164, 2022.
- CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba.** Lisboa: Editora Presença, 1982.
- COUCEIRO, Luiz Alberto; SILVA, Rejane Valvano Corrêa da. Possíveis análises sobre a produção do algodão no Maranhão (1755-1818): relacionando o conceito de “segunda escravidão” com práticas de créditos. **Revista virtual Outros Tempos**, v. 12, n. 20, 2015. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uma/issue/view/28. Acesso em: 11 jul. 2022.

CHAMBOULEYRON, R. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)**. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Justificadas e repetidas queixas. O Maranhão em revolta (século XVII)**. Link: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rafael_chambouleyron.pdf Acesso em 10 de dezembro de 2022.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-04112009-144612. Acesso em: 2022-08-15.

Coleção da Legislação Portuguesa, de 1750 a 1762, redigida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva — Tip. Maigrense. — 1825-1830. Lisboa. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518674>

CHAVES, O. R. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 218–234, 2015. DOI: 10.22228/rt-f.v7i2.352. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/352>. Acesso em: 7 out. 2022.

Caetano, Antonio Filipe Pereira. **Entre drogas e cachaça: a política colonial e as tensões na América Portuguesa (Capitania do Rio de Janeiro e estado do Maranhão e Grão-Pará, 1640-1710)**. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, v. 34, n. 70, p. 471-490, 1967.

DIAS, M. N. Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) (XII). **Revista de História**, [S. l.], v. 40, n. 82, p. 341-363, 1970. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1970.128994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128994>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DE ALCÂNTARA, Enner Herenio. Caracterização da bacia hidrográfica do rio Itapecuru, Maranhão-Brasil. **Caminhos de Geografia**, v. 7, n. 11, p. 97-113, 2004.

FERREIRA, Antonio José de Araujo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-11082009-141934. Acesso em: 2022-12-12.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da Língua Geral ao Português: para uma História do uso social das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Literatura Comparada, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

Ferrer, Ada. **A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana**. Almanack [online]. 2012, n. 3 [Acessado 10 Dezembro 2022], pp. 37-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463320120304>>. Epub Jan-Jun 2012. ISSN 2236-4633. <https://doi.org/10.1590/2236-463320120304>.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAIOSO, R. J. S. de. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GEBARA, Gassen Zaki. O constitucionalismo nos Estados Unidos da América: das treze colônias à república federativa presidencialista. **revista jurídica Unigran**, v. 12, n. 23, p. 57-76, 2010.

LOVEJOY, Paul. **A Escravidão na África: Uma História de Suas Transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LARA, Silvia Hunold. **"O Castigo Exemplar" em Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MEIRELES, Marinelma Costa. **Tráfico Transatlântico e procedências africanas no Maranhão Setecentista**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. **O algodão do brasil e a economia atlântica: comparações entre maranhão e pernambuco (c.1750 c.1810)**. 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, p. 1-31, 2018.

MARTINS, Diego de Cambraia & MELO, Felipe Souza. **O algodão do brasil e a economia atlântica: comparações entre maranhão e pernambuco (c.1750 c.1810)**. 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, p. 1-31, 2018.

MOTA, Antonia da Silva e Cunha, Maísa Faleiros da. **No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821)**. Revista Brasileira de Estudos de População [online]. 2017, v. 34, n. 03 [Acessado 13 Dezembro 2022], pp. 465-484. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0025>>. Epub Sep-Dec 2017. ISSN 1980-5519. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0025>.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **Economia maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento**. 2016. 244 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO JUNIOR., **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PAULA, D. de. **Thomas Paine e a independência das 13 colônias: uma análise de Common Sense. Epígrafe**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 470-485, 2022. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p470-485. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/190899>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado?** 2016. 104 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Edições Do Senado Federal; v. 34, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1111>.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-06072008-140850. Acesso em: 2022-09-12.

SANTOS, João Henrique Pereira dos. **Do Sertão ao Litoral: a economia algodoeira como elemento integrador da capitania de Pernambuco (1780-1820)**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Cia Das Letras, 1988.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão, 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.